# O ESPAÇO DO TRABALHO INFORMAL NA SOCIABILIDADE CAPITALISTA

Josimery Amaro de Melo
Mestre em Serviço Social pela UFPB
jhosimery@gmail.com
Jackson Vital Souto
Mestrando PPGeo/UFPE
geografandosouto@gmail.com

**RESUMO**
A informalidade é um conceito muito amplo e envolve inúmeras atividades. Mas o que de fato importa na condição do trabalho informal é a fragilidade a que estão submetidos todos os trabalhadores que ingressam no mercado de trabalho nessa condição. O capital cria e recria formas que viabilizem sua expansão. O modo de organizar a produção pautada na vigência de empregos formais criou impedimentos à amplificação do lucro, passou-se então a expulsar o trabalhador da empresa e resgatá-lo posteriormente como trabalhador informal, com as mesmas demandas, porém sem nenhuma garantia social. Isto é a desregulamentação do trabalho, no entanto há pessoas que nunca foram inseridos no mercado de trabalho formal e que sua atividade se caracteriza como de estrita sobrevivência a exemplo: o trabalhador informal catador, indivíduo social que encontra no lixo, no descarte os recicláveis, fonte de sua sobrevivência e de ampliação do lucro da indústria da reciclagem.

**Palavras chave**: espaço; trabalho; informalidade.

## INTRODUÇÃO

Sempre existiu trabalho informal, especialmente nos países periféricos, mas essa forma de trabalho que se expande sob o signo da flexibilidade já não se restringe às pequenas unidades produtivas que funcionavam sem relação com a produção capitalista, como queria a OIT (1972). A reestruturação produtiva do capital, ao priorizar a flexibilidade como uma das políticas macroeconômicas que orientam a organização da produção, propicia processos de terceirização, pelos quais muitas atividades saem do interior das empresas para ser desenvolvidas na informalidade. Dado o grande volume de desemprego, resta a muitos trabalhadores aceitar as condições impostas pelo capital. Com isso, diminui o custo variável da produção, aumenta o capital constante e expande-se o trabalho informal, com graves consequências para os trabalhadores.

Realçadas essas questões, percebemos que, a princípio, o que distingue o formal do informal são as normas jurídicas instituídas pelo Estado, pelas quais se estabelecem direitos

trabalhistas para os trabalhadores formais. No *toyotismo*, diferente do que acontecia no *fordismo*, as relações de trabalho já não se pautam na "rigidez" dos contratos formais. A ideia de segurança no emprego pertence ao passado. Agora, cada trabalhador é responsabilizado pelo seu (des)emprego, cabendo ser empreendedor e criar condições de empregabilidade.

Com isso, o trabalho informal assume características novas, diferentes daquelas definidas pela OIT (1972). As atividades informais já não se restringem às práticas de fundo de quintal, exercidas de forma independente sem articulações com a produção capitalista. Ao contrário, a cooperação capitalista articula formal e informal e ambos participam do processo de acumulação capitalista. O sistema capitalista hoje se alimenta tanto do trabalho formal quanto do informal, sejam trabalhadores produtivos ou improdutivos. Ambos são complementares ao capital (TAVARES, 2004). Segundo essa autora,

> No atual nível de desenvolvimento capitalista não há escapatória possível para o trabalhador. Qualquer que seja a sua forma de inserção na produção, está sujeito, direta e indiretamente, as exigências da competição, da produtividade crescente, da acumulação e da extração de sobretrabalho (IDEM, IBIDEM, p. 145).

O estudo sobre a informalidade enquanto setor econômico surge na academia entre as décadas de 1970 e 1980, com as análises da Organização Internacional do Trabalho - OIT - às novas práticas de trabalho desenvolvidas no Quênia, em 1972. Algumas formulações teóricas, umas mais progressistas[1] outras mais conservadoras[2] dão conta do que se interpreta sobre o fenômeno. Após esse momento, arrefecem as discussões no âmbito acadêmico, em contraposição às novas determinações do mercado mundial, que tendem a compreender o

[1] A teoria da subordinação foi formulada por Souza (1999). Segundo ele, a economia é um continuum de formas de organização da produção, em que o "setor informal" não é uma forma isolada, mas sim uma forma de produção integrada e subordinada à produção capitalista (Apud TAVARES, 2004, p.36).

[2] Trata-se de uma missão de estudos, que analisou o problema do emprego urbano no Quênia, com vistas a um diagnóstico e à proposição de políticas para atenuação do desemprego e do subemprego naquela e em outras economias subdesenvolvidas. A noção de "setor informal" foi utilizada pela primeira vez no relatório resultante dessa Missão. Mas deve-se ressaltar que Keith Hart já havia utilizado o adjetivo "informal" num trabalho pioneiro sobre emprego e renda urbana em Gana, em 1971, embora o tenha aplicado à oportunidade de renda, e não de setor. Assim, a concepção básica de "setor informal" foi estabelecida em Employment, Incomes and Equality: a Strategy forlincreasing Productive Employment in Kenya, Genebra, 1972 (TAVARES, 2004).

informal como sinônimo de flexível (TAVARES, 2004), portanto funcional, ao desenvolvimento capitalista. Diante da crise e da diminuição do volume de empregos, a discussão se desloca da contradição capital-trabalho para "incluídos" e "excluídos", ou seja, desloca-se da economia para a política. O discurso corrente desagregou-se do caráter econômico para fincar raízes na questão sociopolítica, demandando políticas públicas de "inclusão". Conforme Maranhão:

> Ao resumir a heterogeneidade das teses dos 'teóricos da exclusão', mesmo correndo o risco de generalizações, poderíamos dizer que o que une seu pensamento é a defesa de uma espécie de 'neo contratualismo'. Para eles, a transição de uma sociedade industrial para uma sociedade pós-industrial ou pós-salarial rompeu o 'contrato social' que vigorou na época do *Estado de Bem-Estar* e isso gerou uma crise filosófica do Estado, que, por sua vez, tem como consequência a desagregação dos princípios de solidariedade e coesão social (2008, p. 95).

Nessa perspectiva, a contradição capital-trabalho é coisa do passado. Teria desaparecido a clássica divisão entre explorados e exploradores. Ainda conforme o mesmo autor, para os chamados "teóricos da exclusão", "estaríamos vivenciando o aparecimento de uma nova cisão, aquela que opõe de forma abstrata e genérica, incluídos e excluídos" (Idem, p.96). Contudo, o desemprego e a precariedade do trabalho informal são fatos concretos que atingem apenas indivíduos de uma classe social, a dos trabalhadores. E não se trata de um acontecimento eventual, mas de um fenômeno inerente à produção capitalista, que se amplia no *toyotismo*, por causa do estágio de desenvolvimento do capital.

**DESENVOLVIMENTO** – Malgrado as várias acepções e inconstâncias estatísticas é sabido que hoje os trabalhadores informais estão em todos os espaços, não apenas nos interstícios da formalidade, mas em todos os segmentos econômicos e nos mais diversos países. Enfim, a acumulação flexível comporta um trabalho informal de novas feições, cuja dependência e precarização fazem parte da produção capitalista.

Imbricadas ou diluídas na noção geral de informalidade, existem atividades de estrita sobrevivência, que são exercidas por trabalhadores desempregados e pobres em forma de serviços ou venda e revenda de mercadorias, de forma independente. Mas também existem atividades que se articulam à produção capitalista. São essas que merecem ser investigadas.

Nesse sentido, temos como hipótese que os catadores de recicláveis exercem um trabalho informal diretamente articulado à produção capitalista, na medida em que os materiais coletados se constituem matéria-prima para a produção de mercadorias. O Estado, por sua vez, ao apoiar atividades dessa natureza, contribui para disfarçar os altos níveis de desemprego e para disseminar a ideia de autonomia tão cara aos que defendem a flexibilidade da economia, geralmente fazendo crer que o trabalho informal é opção dos trabalhadores e não imposição do sistema.

Uma questão que se apresenta submersa nessa apresentação é o papel central que esse trabalho informal tem para o capital como alargador de lucro e contendedor dos conflitos entre as classes. Assim sendo, não seria interesse do capital que todos os pequenos empreendimentos se tornassem formais, bem como os trabalhadores que desenvolvem atividades informais e precárias se formalizassem, pois assim o capital não teria como extrair mais valor através da compra de seus trabalhos ou de seus produtos ou serviços. A esse respeito, Soares indaga com autoridade:

> [...] não será o trabalho informal o caminho encontrado pelas empresas capitalistas para redução dos custos com o pessoal? Mais do que isso, não será ela um meio eficaz na extração da mais-valia absoluta? Não estarão as relações de trabalho, no mercado capitalista, aproximando-se mais da informalidade do que da formalidade? (2006, p.91).

Podemos apreender com essa abordagem que o trabalho informal estaria relacionado a atividades resultantes de uma "opção", pelo fato de, assim, estarem livres de encargos fiscais, possibilitando o acréscimo de alguns anos a mais de sobrevivência da pequena empresa no circuito mercadológico. Porém, concretamente, não se trata de opção, mas sim de uma imposição do sistema. No tocante ao mercado de trabalho, não podemos negar que as modificações do período pós anos 70 afetaram a todos indistintamente, mas o trabalhador foi o principal atingido: expulso do mercado formal, esse passa a se organizar em espaços produtivos, nos quais o máximo garantido é a reprodução social.

Por meio de atividades degradantes, exercidas individualmente ou com auxílio de familiares, que muitas vezes animaliza o ser humano, o capital não brutaliza apenas os que estão diretamente sob o seu jugo, mas e principalmente os que não se ligam diretamente a ele

como os trabalhadores não formalizados no mercado. O trabalhador informal, além de estar em situação de vulnerabilidade, pois sua renda não lhe garante o atendimento às necessidades básicas: moradia, alimentação, educação, saúde e direitos previdenciários, enfim, direitos sociais que são inalienáveis a qualquer pessoa, sua condição de trabalhador informal, a depender da relação que o trabalho tenha com o capital, ainda pode possibilitar ao capital obter lucros, no caso dos catadores de lixo, mediante as condições indignas de trabalho e de vida. Dizemos indignas, porque sobreviver dos restos descartados pelos outros membros da sociedade, em meio a dejetos, putrefações e fetidez é a condição mais bárbara que se pode reconhecer em pleno séc. XXI. Contudo, a venda dos materiais coletados vai ser supervalorizada quando cumprir seu círculo produtivo: mercado, consumo, descarte, coleta (catador). Entre a indústria e os catadores há a figura do atravessador, que revende os materiais à indústria. Esses materiais, por sua vez, tornam-se matéria-prima para novas mercadorias, que vão retornar ao mercado.

O trabalho informal, na grande maioria das vezes, parece ser fundamental para manter o *status quo* e preservar a divisão de classes que consubstancia o capitalismo. Mesmo as atividades informais que só garantem a sobrevivência cumprem a função de adiar a possibilidade de uma mudança na ordem social. No caso dos catadores, a esperança de melhores dias em lugar de fortalecer a classe a que pertencem os fragiliza, pois à medida que esperam melhorar de vida, crescer na sua atividade, alienam-se com a ideia de sucesso e autonomia. Ao mesmo tempo em que nutrem o fetiche do fim do desemprego e crê que todos são empresários em potencial, a contradição é escamoteada e o desejo de transformação da sociedade é postergado.

Confrontando as teorias com a realidade, a matriz marxista é a única, a nosso ver, que consegue explicar as contradições inerentes a essa modalidade de exploração que expressa o trabalho informal. A teoria marxista é a única que analisa os fenômenos que corroboraram para informalidade endogenamente, ou seja, a partir das leis econômicas que regem o sistema e entendendo que estas apenas serão extintas quando houver outra organização social. Enquanto perdurar a contradição capital-trabalho existirá, continuamente, formas de produção precárias e indignas que farão o sistema se reordenar. A esse respeito, Soares ratifica:

> A visão de autores de inspiração marxista sobre o trabalho informal apresenta maior coerência quando se contrasta essas teses com a realidade, pelos seguintes motivos: primeiro porque luz da teoria marxista estes aqueles autores perceberão que a informalidade não seria passageira como afirmavam os neoclássicos, na sua primeira versão em que apontavam para a industrialização como solução para o desemprego e, por conseguinte, redução do informal; segundo, concluirão que a expansão do trabalho informal não se dava apenas porque este estaria subordinado à dinâmica capitalista, mas, principalmente porque as atividades classificadas de informais são produto da dinâmica capitalista e estão inseridas na produção moderna (setor protegido organizado, etc.); terceiro já na década de 1970, constataram a funcionalidade deste [...] (2006, p.99).

O trabalho visto por esse sentido nos é apresentado como um mecanismo do sistema capitalista para não se deixar ruir pela lei tendencial da queda da taxa de lucro. Na visão do trabalhador, é uma possibilidade de não perecer diante de suas necessidades mais urgentes. Mesmo sendo uma atividade de subsistência milhares de trabalhadores se entregam a atividades informais, como a de catador de materiais recicláveis, porque estão desempregados, não têm outra alternativa de sobrevivência. Isso é o que demonstram os 73% dos entrevistados de nossa pesquisa.

Desse modo, fica evidente a função estratégica de o mercado utilizar-se da força de trabalho já fragilizada do trabalhador informal para adquirir mais lucro. Nesse sentido, o trabalho desprotegido e fragilizado do trabalhador informal não tem previsão de ser extinto nos marcos desse sistema, pois, por um lado, o capitalismo se mantém principalmente do excedente criado pelo trabalho – inclusive do trabalho informal – e, por outro, dado o estágio de desenvolvimento atual, a muitos trabalhadores só resta sobreviver via informalidade.

A perspectiva marxista aponta que só é possível trabalho no seu sentido ontológico, se este for emancipado, não existindo realização e liberdade humanas pelo trabalho se este for abstrato e alienado. O que estamos querendo afirmar é que o discurso que analisa o trabalho informal não tem a intenção de fazer apologia à formalização de todos os trabalhadores como se fosse uma dádiva, mas apresentar como a vileza do capital vem usurpando a alma até dos que estão fora dos muros das fábricas, dos que já não têm nada a não ser seu trabalho.

Como Marx e Engels, defendemos que somente em uma sociedade justa e longe da exploração é possível construir condições sociais para que a sociabilidade seja igual para

todos, em que o livre desenvolvimento de cada um seja condição para o livre desenvolvimento de todos (MARX; ENGELS, 2001).

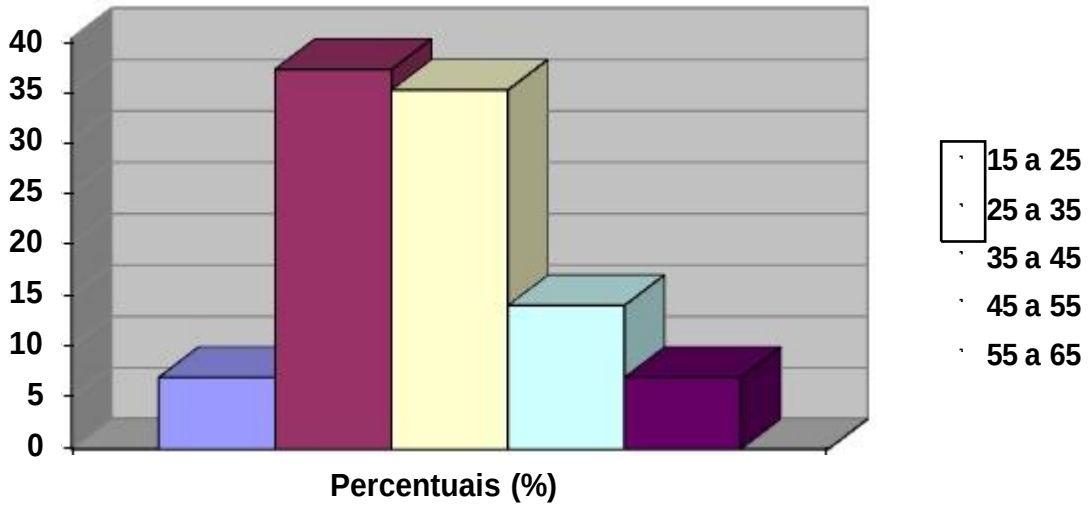
**Quem são os trabalhadores informais catadores de materiais recicláveis da cidade de João Pessoa/PB**

Os catadores que desenvolvem seu trabalho nas duas associações: ASTRAMARE e Acordo Verde da cidade de João Pessoa são indivíduos que, desde criança, já trabalhavam para complementar a renda da família trabalhando, junto aos seus genitores ou sozinhos, em atividades, como corte de cana de açúcar, lixão, agricultura, ou trabalho doméstico.

Foram entrevistados 43 catadores para esta pesquisa, do total de 216, correspondente a uma amostra de 20% da composição de cada núcleo de coleta seletiva. Compuseram essa amostra sujeitos de diferentes regiões, idades e gêneros. Dentre esses, 60% são formados pelo gênero masculino, por ser uma atividade que se realiza eminentemente na rua, exigindo na maioria das vezes força física para empilhar e empurrar os carrinhos. Dos cinco núcleos, mais o aterro sanitário, três (Bessa, Bairro dos Estados e Roger) não têm mulheres em seu grupo de trabalho. E no núcleo e associação Acordo Verde existe a divisão sexual do trabalho: os homens fazem a rota na rua e às mulheres é destinado o ambiente privado do galpão para separar os materiais e ensacarem.

Com relação à idade, o gráfico abaixo demonstra bem essa classificação:

**Gráfico 1 – Distribuição percentual das faixas de idade dos entrevistados**




Fonte: Elaborado pelo autor. Pesquisa de campo realizada em Fev/2010.

Sobre suas idades, como é ilustrativo no (gráfico – 1), 37% possui entre 25 a 35 anos, 35% entre 35 a 45 anos e 7% possuem entre 55 a 65 anos. Muitos idosos compõem o quadro de trabalhadores nos núcleos, crianças e adolescentes não são permitidos, segundo o estatuto da associação. No que se refere à escolaridade, os dados revelam o que acontece nos demais segmentos que desenvolvem trabalho precário: 58% chegaram no máximo à quarta série do ensino fundamental, seguidos de 30% que não são alfabetizados; dentre estes, a presidente da associação Acordo Verde. Apenas 2% relataram possuir o segundo grau completo. No que concerne à naturalidade, os dados apresentam 51% dos catadores como naturais de cidades do interior ou circunvizinhas, seguidos de 49% dos catadores que são nascidos na cidade de João Pessoa. A principal cidade de origem desses catadores é Santa Rita/PB (12%).

Os catadores, mesmo sendo de outras cidades, há muito tempo catam recicláveis no lixão, a grande maioria, desde criança, demonstrando a hereditariedade da miséria. 33% dos entrevistados já catam recicláveis de 20 a 25 anos; seguidos de 23% que catam de 15 a 20 anos. Se cruzarmos com as idades dos entrevistados, constatamos que muitos "nasceram e cresceram" dentro do Lixão do Roger. O que ocorreu com esses catadores ainda ocorre com muitas crianças nesta sociedade, que obriga as famílias a usarem a força de trabalho infantil

para complementar a renda, sendo impedidos de estudar e de ter um desenvolvimento físico e psicológico dignos de qualquer humano. A esse respeito o estudo de Mendes afirma:

> A inserção da criança no mundo do trabalho, precocemente, é uma violência ao desenvolvimento educacional da mesma. Este é um problema histórico e que ainda hoje perdura na sociedade. O desemprego estrutural, o aumento do número de trabalhadores informais e o trabalho domiciliar contribuiu para que o trabalho infantil passasse a ser uma maneira das famílias complementarem a renda (2009, p.102).

Os demais entrevistados que está há menos de 5 anos catando lixo (9%), são majoritariamente membros da associação Acordo Verde ou filhos de antigos catadores do Lixão, que substituíram a vaga de um dos parentes, uma vez que não se vincula à ASTRAMARE quem não tenha sido catador do antigo lixão do Roger.

Sobre vínculos empregatícios anteriores, 49% de nossos entrevistados afirmam já ter sido trabalhadores formais. Destes, a maioria trabalhou como gari, e os demais 51% nunca tiveram um trabalho formal. Entre as atividades que mais desenvolveram antes de serem catadores, as mais citadas foram: puxador de agave, limpador de mato, pião de boiadeiro, encarregado, empilhador, estudante, doméstica, lavadeira, ajudante de bar, vendedora informal, agricultor, catador de lixão, servente de pedreiro, carregador de feira, dona de casa, cortadora de cana de açúcar, marchante. Uma parte significativa dos catadores é originária do campo.

A renda adquirida via catação nos núcleos de coleta seletiva, segundo a totalidade dos catadores, é menor do que no antigo lixão, aonde, semanalmente, chegavam a adquirir de 200 a 500 reais. Nos núcleos, esses valores são bem menores, como aponta a tabela a seguir:

Tabela 2 - Renda adquirida através da catação (semanalmente)

| **Renda (reais R$)** | Número de entrevistados | Percentual |
|---|---|---|
| - de 50 R$ | 09 | 21% |
| De 50 a 100 R$ | 21 | 49% |
| De 100 a 150 R$ | 08 | 18% |
| De 150 a 200 R$ | 05 | 12% |
| **Total** | **43** | **100**% |

Fonte: pesquisa de campo realizada em fev./2010.

A grande maioria dos entrevistados, o que corresponde a 49%, recebe por seu trabalho de 50 a 100 R$ por semana, seguidos de 21% que recebem menos de 50 reais semanais. Esse valor mal garante a sobrevivência de uma única pessoa, menos ainda de uma família. A partir dessa realidade, 79% dos entrevistados declararam, obviamente, que a renda é insuficiente para suprir as necessidades mínimas. Por essa razão, 26% dos entrevistados trabalham de 10 a 20 horas diárias, para poder aumentar a sua renda, através de uma maior produção; 53% obedecem ao regime de emprego "proposto" pela – Autarquia Municipal de Limpeza Urbana – EMLUR de 08 horas diárias, 14% de 05 a 06 horas por dia e 7% de 6 a 7 horas de trabalho por dia.

Esse regime permite que o trabalhador empregue sua força o mais intensamente possível para adquirir maior renda, fazendo com que ele explore a si mesmo para ampliar o lucro capitalista. Essa forma de trabalho é comum entre as atuais modalidades de exploração, pautadas no salário por peça. Neste, o salário é medido não pelo tempo, mas pelo resultado do trabalho: o produto, no caso do catador, os recicláveis coletados. No salário por peça, o trabalho se mede pela quantidade de produtos que se produziu num dado tempo, característica típica do trabalhador informal.

A forma de salário por peça é mais adequada ao capitalismo contemporâneo porque desresponsabiliza o capitalista que obtém mais trabalho, melhor qualidade e a salários mais baixos. Para Marx:

> Salário por peça é uma forma de salário mais adequada ao modo capitalista de produção. Embora não seja uma forma nova, pois figurava oficialmente, ao lado do salário por tempo, nos estatutos do trabalho ingleses e franceses do séc. XIV, sua aplicação só adquire maior amplitude no período manufatureiro propriamente dito. Na fase juvenil e tempestuosa da grande indústria, notadamente de 1797 a 1815, serve de meio para prolongar a jornada de trabalho e para rebaixar os salários (1975, p.642).

O trabalhador (catador) nesse modelo de exploração é capaz de trabalhar incessantemente para aumentar sua renda. Considerando que o valor de cada quilo de material

custa em torno de R$ 0,50 (cinquenta centavos) sendo, vendido a atravessadores, essa exploração ainda se mostra mais violenta.

**O trabalho dos catadores e suas dificuldades**

O trabalho dos catadores nas associações e núcleos de coleta seletiva não se realiza de forma idêntica, pois cada núcleo tem coordenadores distintos, sendo a forma de trabalho diferenciada. No núcleo de triagem do aterro sanitário o trabalho é organizado pela presidência da ASTRAMARE e seus associados, sendo realizado em três turnos, dependendo de meios de produção e, principalmente, da força de trabalho dos catadores. Dependem do ônibus para a locomoção, da retroescavadeira, das esteiras e da energia elétrica que compõem os meios de trabalho necessários para a catação dos resíduos recicláveis. Quando um desses não funciona algo que tem acontecido com frequência, os catadores não trabalham e obviamente, também não recebem, ficando em uma situação crítica.

A organização do trabalho nos núcleos e no aterro sanitário é uma simbiose de produções pré-capitalistas, *fordismo e toyotismo*. Há grupos de trabalho e, ao mesmo tempo, esteiras rolantes em tempo determinado, mas sem regulação. O trabalho é feito informalmente e é pago por peça. A mercadoria resultante desse processo tem um valor baixíssimo e as condições de trabalho são totalmente insalubres. A iluminação e o cheiro são ruins e não há água. Os trabalhadores são mal vestidos e calçados, sujos e sujeitas a ferimentos, cortes ou qualquer outro tipo de infecção. Ficam à mercê da própria sorte e se alimentam até do que encontram no lixo, trabalhando dez, doze e até vinte quatro horas diárias, morando em meio ao lixo, no próprio aterro. Comprovemos essa realidade nestas falas dos sujeitos:

> Aqui o carro chega a derrubar aí em cima da plataforma, ai já tem outra máquina que empurra pras esteira e nas esteira tem uma equipe, aí pronto. Pega de 8 e vai até 12 hora em pé direto trabalhando (risos). A realidade é essa, é vinte e quatro horas aqui! Atualmente agora tá trabalhando com doze, quatorzes pessoas, e essas pessoas não podem sair da esteira, se não o material passa, e não pode passar. O primeiro turno para de meio dia para o almoço, tem uma hora de descanso aí volta para o trabalho a 1 hora e vai até 3, quatro horas da tarde. **Só para uma vez e só chega no seu horário. Agora tem uns aí que fica em outro horário, porque trabalha de dia aí pode ficar até o outro horário de outra turma, trabalha dois horário.**

> **Tem gente ainda que trabalha três horários, que vai até amanha de manhã (H catador. N.C.S – Aterro Sanitário).**
>
> Assim que chego visto a farda, vou ajeitar os bag´s e fico na esteira oito horas. Depois eu limpo as comidas que eu acho e separo os materiais. Lá é comandado pelos balanceiro, **As vezes vão caminhão com substancia prejudiciais à saúde da gente, lixo hospitalar [...] A gente é como uns cachorro** (V catadora, N.C.S – Aterro Sanitário).

Os catadores de materiais recicláveis vivem da venda do material coletado, portanto, do seu trabalho. Talvez possamos analisá-lo entre o que Vasapollo (2007), concebe como trabalhador atípico. Certamente trabalham na informalidade, uma vez que não têm vínculo empregatício. Mas não importa aqui sua denominação. O queremos evidenciar, nesse momento, são as condições de trabalho e como Estado e capital sob uma imagem de benemerência, vem contribuindo para a manutenção dessa realidade. Como vimos, muitos desses trabalhadores nasceram e cresceram em meio ao lixo, sem nunca terem tido um emprego formal. Ora, não vai ser agora, na economia flexível, que esses trabalhadores vão ascender ao estatuto de trabalhador formal.

Evidente que não. O sistema vem se nutrindo de formas flexíveis (informais) de trabalho, e o Estado, por sua vez, promove o associativismo e o cooperativismo como estratégias para maquiar o desemprego estrutural e as formas precárias de trabalho, ficando patente que não há possibilidade de formalização dos catadores nessa realidade de enxugamento do Estado e dos empregos "legais".

Perguntado sobre a possibilidade de formalização pela EMLUR ou Rumos (Empresa concessionária da limpeza urbana em João Pessoa), o nosso entrevistado responde:

> A Rumos num pode, não. **A EMLUR é quem paga a Rumos.** Sabe **por que a EMLUR não contrata a gente? Porque ia ser diferente, aí eles num aceitam isso, não**. (S catador, N.C.S Aterro Sanitário).
>
> Alguma coisa tem pra eles num pagar a gente (G catador, N.C.S - Aterro Sanitário).

Já a entrevistada M demonstra em seu discurso o desejo de se formalizar via EMLUR ou Rumos.

> Eu num sei nem explicar isso, e muitas vezes eu já pensei: meu Deus, por que esse prefeito num dá um emprego a gente, num contrata a gente pra gente trabalhar, ter nosso dinheiro certo? Eu já pensei isso, já falei isso, mas no sei por que eles no... (M catadora, N.C.S – Aterro Sanitário.

Com a crise estrutural iniciada nos anos 70 e que vem se arrastando até os dias atuais, ora mais pujante ora latente, até as formas estáveis de emprego demonstram ser vulneráveis. Os direitos estão se fragmentando e os salários baixando, num contexto em que certos "empregos" formais não despertam mais fascínio. Muitos trabalhadores informais, como é o caso dos catadores, relatam que os trabalhadores formalizados da Rumos chegam a ficar meses sem receber o salário, fazendo-os questionar a qualidade e estabilidade desses empregos.

É reconhecido pela maioria dos associados o quanto positivo seria sua vinculação formal a prefeitura, no entanto admitem o quando esta realidade esta distante deles reconhecendo que nesta relação com o Estado este também obtém vantagens que não vislumbram perder. Quiçá até na comercialização dos recicláveis exista interesse uma vez que a prefeitura nunca mediou à venda diretamente a indústria.

CONSIDERAÇÕES FINAIS – Concluímos este trabalho ratificando que o catador está na ponta do processo da reciclagem, não por escolha dele nem por consciência ambiental do Estado ou capital, mas por tratar-se de um movimento lucrativo e positivo para os últimos, mediante o trabalho precarizado e informal dos primeiros. Capital e Estado obtém da sociedade respeito e credibilidade por trabalhar em "prol" do social e do ambiental. Esses apontamentos finais aludem a um trabalho que o catador de resíduos recicláveis desenvolve precariamente, com fins de sobrevivência, atendendo aos interesses da indústria capitalista, elevando seus lucros, mediante a exploração de trabalho informal, cuja intermediação é realizada pelo Estado.

**REFERENCIAS**

CACCIAMALÍ, Maria Cristina. **A economia informal 20 anos depois**. Indicadores Econômicos FEE [online]. Julho, 2008. Disponível: http://revistas.fee.tche.br/index.php/indicadores/article/view/626/87/.

MARANHÃO, Cezar Henrique. Acumulação, trabalho e superpopulação: crítica ao conceito de exclusão social. In: MOTA, Ana Elisabete (Org.) **O MITO DA ASSISTENCIA SOCIAL:** ensaios sobre Estado, política e Sociedade. São Paulo: Cortez, 2008.

MARX, Karl. **O Capital**. Livro I, vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1975.

_____, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** Porto Alegre: L&PM, 2001.

MENDES, Rita de Cassia Lopes de Oliveira. **Os catadores e seletores de materiais recicláveis**: O social e o ambiental na lógica do capitalismo. Franca: UNESP, 2009. Dissertação (Mestrado em Serviço Social), Faculdade de História, Direito e Serviço Social, 2009.

TAVARES, Maria Augusta. **Os fios (in)visíveis da produção capitalista**: Informalidade e precarização do trabalho. São Paulo: Cortez, 2004.

SOARES, Marcos Antônio Tavares. **Trabalho Informal**: da Funcionalidade à Subsunção ao Capital. Vitoria da Conquista: UESB, 2008.

VASAPPOLO, Luciano. **O trabalho atípico e a precariedade**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.